

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.541 - SP (2019/0131591-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : MARIANGELA BALDINI LEVY
ADVOGADOS : JULIO CÉSAR TEIXEIRA DE CARVALHO - SP218282
JOSÉ FRANCISCO MARTINS - SP147489
AGRAVADO : UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE
MESQUITA FILHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MARIANGELA BALDINI LEVY, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO RITO ORDINÁRIO
GRATUIDADE JUDICIÁRIA INDEFERIMENTO DA BENESSE EM
PRIMEIRO GRAU MANUTENÇÃO OS ELEMENTOS DE
INFORMAÇÃO COLIGIDOS AOS AUTOS INFIRMAM A ALEGAÇÃO
DE MISERABILIDADE DA AUTORA DEMONSTRATIVO DE
PAGAMENTO JUNTADO QUE INDICA GANHOS SUPERIORES À
MÉDIA NACIONAL CIRCUNSTÂNCIA INIBIDORA DA CONCESSÃO
DO BENEFÍCIO INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 98 E SEGUINTE
DO CPC/2015 E INCISO LXXIV DO ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL REPROPOSITURA DA AÇÃO EM COMARCA DIVERSA
SEM ATENDIMENTO DO ART 486 § 2 DO CPC DECISÃO MANTIDA
RECURSO NÃO PROVIDO COM OBSERVAÇÃO

É o relatório. Decido.

Não foi comprovado o dissídio jurisprudencial, uma vez que a parte recorrente não realizou o indispensável cotejo analítico a fim de demonstrar a existência de identidade jurídica e similitude fática entre o acórdão recorrido e o(s) paradigma(s) indicado(s).

Nesse sentido: “Esta Corte já pacificou o entendimento de que a simples transcrição de ementas e de trechos de julgados não é suficiente para caracterizar o cotejo analítico, uma vez que requer a demonstração das circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma, mesmo no caso de dissídio notório” (AgInt no AREsp n. 1.242.167/MA, relator Ministro Mauro Campbell Marques,

Segunda Turma, DJe de 5/4/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AREsp n. 535.444/PR, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1/4/2019; REsp n. 1.773.244/RJ, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 5/4/2019; e AgInt no AREsp n. 1.358.026/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 1º/4/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente